

CAPÍTULO 5 - Regime Disciplinar

Estes estatutos não se encontram em vigor, consulte aqui a nova versão aprovada em Assembleia Geral de Associados a 18 de Maio de 2011

Â

CAPÍTULO 5

Regime Disciplinar

ARTIGO 20.º

Sanções Disciplinares

Ao associado que, em consequência do seu comportamento, dá motivo a acção disciplinar podem ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Repreensão escrita;
- b) Suspensão temporária de direitos até 30 dias;
- c) Suspensão temporária de direitos de 31 dias até 24 meses;
- d) Expulsão.

ARTIGO 21.º

Aplicação de sanções

1.º Incorre na sanção de repreensão escrita o associado que, de forma injustificada, violar os deveres fixados no artigo 16.º.

2.º Incorre nas sanções previstas nas alíneas b), c) e d) do artigo anterior, consoante a gravidade da infracção, o associado que:

a) Reincida na infracção prevista no número anterior;

b) Desrespeite as deliberações dos órgãos competentes tomadas democraticamente e de acordo com os presentes Estatutos;

c) Pratique actos lesivos dos direitos e interesses do STAL ou dos seus associados.

ARTIGO 22.º

Direito de defesa

Nenhuma sanção será aplicada sem que sejam dadas ao associado todas as possibilidades de defesa em adequado processo disciplinar.

ARTIGO 23.º

Responsabilidade Disciplinar

1.º A responsabilidade disciplinar em que incorre o associado será apurada por uma Comissão de Inquérito ou Inquiridores nomeados pela Direcção Nacional.

2.º A acção disciplinar poderá ser desencadeado a pedido de qualquer sãcio ou de qualquer dos órgãos nacionais, regionais e locais do STAL.

3.º Quando se trate de infracções participadas por qualquer sãcio à respectiva Direcção Regional, estas deverão ser comunicadas, no prazo de cinco dias, à Direcção Nacional, que sobre elas se pronunciará na primeira reunião que ocorrer após o seu conhecimento;

a) Quando as mesmas forem participadas à Direcção Nacional, esta deve no imediato informar a Direcção Regional de origem do associado, solicitando que sobre a mesma se pronuncie.

4 €“ O apuramento da responsabilidade disciplinar, desde o início do processo até a deliberação final, deverá respeitar o regulamento disciplinar a aprovar em Conselho Geral.

5 €“ O processo com o relatório final do inquiridor ou Comissão de Inquirito será remetido  Direco Nacional para decisão.

6 €“ A Direco Nacional por sua deliberao ou por proposta dos inquiridores, aprovadas por, pelo menos, dois terços dos seus membros, poderá suspender preventivamente o associado a quem foi instaurado o processo disciplinar.

7 €“ Da decisão da Direco Nacional cabe recurso para o Conselho Geral, o qual será obrigatoriamente apreciado na primeira reunião, ordinária ou extraordinária, após a sua interposio.

8 €“ A interposio de recurso não tem efeitos suspensivos.

ARTIGO 24

Competência disciplinar

1 €“ o da competência da Direco Nacional a aplicao das sanções aos associados.

2 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, da decisão da Direco Nacional cabe recurso para o Conselho Geral, que decidirá em última instância, sendo o recurso obrigatoriamente apreciado na primeira reunião do Conselho Geral que ocorrer após a decisão.

3 €“ Da decisão do Conselho Geral, no caso da sano ser de expulsão, cabe recurso para a Assembleia Geral, que decidirá em última instância.